



HIDRELETRICIDADE E DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR NO REASSENTAMENTO MIRINDIBA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA-TO

HYDROELECTRICITY AND DES-RE-TERRITORIALIZATION: AN ANALYSIS BASED ON RESETTLEMENT MIRINDIBA LOCATED IN THE CITY OF ARAGUAÍNA-TO

*Alisson Almeida dos Santos
Graduando em Geografia, Universidade Federal do Tocantins
f_alissonsantos@hotmail.com*

*Airton Sieben
Professor no Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins
Pós - doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia
do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
asieben@uft.edu.br*

Resumo

O presente trabalho é fruto de uma aula de campo da disciplina “Geografia da População” do curso de graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins/UFT, Campus Universitário de Araguaína. Desenvolvemos neste artigo uma discussão acerca da atual política energética brasileira e seu poder desterritorializador. Posto isto, temos como estudo de caso a desterritorialização da população que residia na Ilha de São José, município Babaçulândia-TO que por consequência da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), viu-se obrigada a reterritorializar-se (parte da população) no reassentamento Mirindiba localizado no município de Araguaína-TO. Trouxemos à discussão conceitos intrinsecamente ligados ao estudo de caso, como os conceitos de território, des-re-territorialização e comunidades/populações tradicionais. Este artigo tem como objetivo evidenciar as contrapartidas sociais geradas a partir da

construção da Usina Hidrelétrica de Estreito/UHE, tais como a desterritorialização e a perda da identidade e do enraizamento da população da Ilha de São José que atualmente vive no reassentamento Mirindiba.

Palavras-chave: Des-re-territorialização, hidrelétricas, população tradicional.

Abstract

This work is the result of a class field of discipline "Population Geography" of the undergraduate degree in Geography from the University of Tocantins / UFT, University Campus Araguaína. We develop in this article a discussion of the current Brazilian energy policy and its deterritorializer power. That said, we as a case study the displacement of population residing on the island of St. Joseph County Babaçulândia-TO that consequently the construction of the hydroelectric plant Strait (HPP), was obliged to reterritorializar up (part of the population) resettlement Mirindiba located in the municipality of Araguaína-TO. Brought the discussion concepts intrinsically linked to the case study, as the concepts of territory, de-and re-territorialization communities / traditional populations. This article aims to highlight the social counterparts generated from the construction of the hydroelectric plant Strait / HPP, such as dispossession and loss of identity and rootedness of the population of the Island of St. Joseph, who currently lives in resettlement Mirindiba.

Keywords: Des-re-territorialisation, hydroelectric, traditional population.

Introdução

A política energética brasileira, tal como ela se apresenta atualmente, protagoniza diversas situações que acarretam mudanças no espaço, paisagem e território, constantemente, em suas mais variadas dimensões. Nessa perspectiva, discutiremos a política energética brasileira e suas contrapartidas sociais fazendo uso dos referenciais teóricos-metodológico, tendo como objeto de estudo: o caso da desterritorialização dos habitantes da Ilha de São José, localizada no rio Tocantins, causada pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), no rio Tocantins.

A Ilha de São José localizava-se no perímetro territorial de Babaçulândia-TO, possuía antes 12 Km de extensão e 4 km de largura, na divisa do Tocantins e Maranhão, sendo antes rodeada pelas águas do rio Tocantins, hoje submersa devido o lago formado pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito/UHE. Moravam na ilha ao todo 84 famílias. Já o reassentamento "Mirindiba", o local onde reterritorializam-se, localiza-se nas proximidades do perímetro urbano de Araguaína-TO à 8 quilômetros da BR 153, umas das rodovias mais importantes do país diga-se de passagem, o reassentamento tem como população 18 famílias.

O presente trabalho é fruto de uma aula de campo da disciplina “Geografia da População” do curso de graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins/UFT, campus CIMBA. A construção desse trabalho se deu, num primeiro momento por meio da visita ao reassentamento “Mirindiba” e aplicação do questionário, o mesmo, tendo como base o usado por SIEBEN (2012) em sua tese de Doutorado; *ESTADO E POLÍTICA ENERGÉTICA: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito*.

As perguntas foram direcionadas aos antigos habitantes da Ilha de São José, ou seja, os atuais moradores do reassentamento. O segundo momento caracterizou-se pela pesquisa dos referenciais teóricos que viessem a nos ajudar em nosso estudo de caso: RAFFESTIN (1993); SAQUET e SPOSITO (et al. 2008); HAESBAERT (2000); SIEBEN (2012); VIANNA (2008); todos estes contribuíram teórico e metodologicamente para que pudéssemos promover um debate produtivo; Por fim, juntamos e alisamos os dados obtidos com o questionário associando-os com os referenciais teórico-metodológico até chegarmos na confecção deste trabalho.

Não é de hoje que se vem discutindo a política energética brasileira, ou melhor dizendo, aquilo que ela acarreta, sob dois vieses: o ambiental e social, o primeiro, muito importante a ser discutido, porém, não sendo o foco do nosso trabalho deixamos à outra oportunidade para aprofundarmos nesse sentido. O segundo, os impactos e danos sociais causados a partir dos empreendimentos energéticos são irreparáveis e incalculáveis. Indivíduos e/ou grupos sociais são desterritorializados. Identidades e raízes são perdidas. E o tradicional não mais se tem.

É nesse sentido que nosso artigo pretende discutir a desterritorialização da comunidade que residia na Ilha de São José sob o enfoque de sua reterritorialização (parte dos habitantes) no reassentamento Mirindiba. Nosso trabalho não é o primeiro, tampouco o último que traz consigo esse debate necessário e urgente, à vista que a atual política energética brasileira desterritorializa, de modo que desenraíza indivíduos e grupos sociais em nome do progresso e do capital.

Território tradicional e política energética

O Brasil, hoje, tem como a principal fonte energética a energia produzida por hidrelétricas, a energia hidráulica. Privilegiado por seus caudalosos e grandes rios, o país vê nesse grande potencial hídrico o encontro com o progresso e desenvolvimento econômico. Ao bem da verdade, de acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME, 2013), as hidrelétricas são responsáveis por produzir a maior parte da energia consumida no país, cerca de 70,1% do total desse consumo e, desse percentual, 10,3% é produzida na bacia hidrográfica do Tocantins.

Contudo, as construções das usinas hidrelétricas trazem consigo dados irreparáveis e incalculáveis, além de degradarem o meio ambiental com o espaço

necessário ao lago artificial colocado pela construção da usina, causam, ainda, a perda de solos férteis e cultiváveis, flora, fauna e principalmente a retirada de populações ribeirinhas de seus territórios. As usinas hidrelétricas:

Ora, a energia elétrica é fundamental à vida de todos, a usamos diariamente na maioria das nossas atividades do dia-a-dia, mas para que possamos usufruí-la, é preciso que ela seja produzida. Para isso, desmata-se florestas e desterritorializa indivíduos e/ou grupos sociais que, regra geral, são ribeirinhos, comunidades tradicionais.

É nesse sentido que nos colocamos no debate. Como anteriormente dissemos, temos como estudo de caso a desterritorializada causada com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) à população que outrora residia na Ilha de São José no município de Babaçulândia-TO, rio Tocantins. Atualmente, parte dessa população da Ilha de São José habita no reassentamento “Mirindiba”, o qual localiza-se na cidade de Araguaína-TO.

É sabido que essas pessoas cuja vivência se caracterizava na Ilha de São José, às margens do rio Tocantins, tinham modos de vida rústicos, ou seja, eram e são tidas como populações tradicionais:

(...) as chamadas ‘populações tradicionais’, expressão que designa um conjunto de populações de *pescadores artesanais*, *pequenos agricultores de subsistência*, caçaras, camponeses, *extrativistas*, pantaneiros e *ribeirinhos* que fazem uso direto dos recursos da natureza, através de atividades extrativas e/ou de agricultura com tecnologia de baixo impacto ao meio...”(VIANNA, pg. 214, grifo nosso).

Nesta perspectiva, a autora ainda completa sua conceituação quando diz que: “Como categoria Antropológica, essas populações podem se situar entre as chamadas *sociedades rústicas*” (VIANNA, 2008).

Todavia, para entendermos de maneira sucinta a des-re-territorialização dessa população tradicional a partir da construção da hidrelétrica de Estreito, antes, devemos compreender o conceito de território. O território surge a partir de relações sócio-espaciais, relações de poder, apropriação e dominação nas mais variadas dimensões e escalas.

Tenhamos algumas compreensões do que seja território. Na ciência geográfica, território é entendido como uma categoria de análise geográfica. Muitos geógrafos se colocam a explicar essa categoria, dentre esses podemos destacar: RAFFESTIN (1993); SAQUET e SPOSITO (Org., 2008) e HAESBAERT (2000).

É unânime, entre os geógrafos já citados, a ideia de que território surge a partir de relações de poder, apropriação e dominação do espaço. Assim:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço [...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

Entretanto, na literatura há entendimentos desde a geografia clássica; o território colocado junto a figura do estado nação; até as abordagens humanísticas do conceito, quando é levado em conta, por exemplo, as relações econômicas, culturais e sociais dos agentes que se apropriam e dominam um dado espaço. “O território surge, na Geografia Política, como o espaço concreto em si [com seus atributos naturais e socialmente construídos], que é apropriado, ocupado por um grupo social. [...]” (SOUZA, 2000, In: CASTRO, et al. p.84).

O território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades [...] diferenciando o território do espaço geográfico a partir de três características principais: as relações de poder, as redes e as identidades [...]. O território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas. [...] (SAQUET, 2008, p. 81).

Assim, o território deve ser percebido em sua totalidade. Os indivíduos e/ou grupos sociais no momento em que se relacionam uns com os outros, se apropriam e exercem dominação num recorte espacial qualquer surge o território. Levando em conta os aspectos econômico, político e cultural os quais condicionam as relações e, conseqüentemente, as territorialidades, podemos ter dois territórios; o material e o imaterial. Nesse sentido, Haesbaert (2000) reporta a ideia de que o território deve ser entendido sob duas perspectivas, a funcional e a simbólica:

[...], todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercermos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’. O território é funcional, a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (‘lar’, para nosso repouso), seja como fonte de ‘recursos naturais’ – ‘matérias-primas’ que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s)[...]. (HAESBAERT, 2000).

Quando se trata de populações tradicionais, seu território tanto pode ser funcional como simbólico, de modo que suas relações íntimas com a natureza, como propunha VIANNA (2008), os colocam o espaço vivido, também, como algo imaterial, ou seja, a recíproca relação do homem com o meio faz com que se construam raízes e identidades, significados para além do concreto.

Dessa forma, a ligação entre os povos primitivos e o lugar que eles ocupam se torna extremamente próxima, apenas por causa da familiaridade e dependência, mas também porque as pessoas compreendem os lugares orgânica e espiritualmente, de maneira conectada. O domínio geográfico pode ser da área inteira que eles ocupam ou somente de lugares especiais e localizados. Há um apego à terra nativa, com amor e reverência. Os riachos, as montanhas e as fontes naturais são obras ancestrais de quem ele mesmo, o homem primitivo, é descendente. O lugar é sua vida. Limpar, plantar, capinar e colher são atividades estáveis no espaço e no tempo. (SAQUET, *apud* SIEBEN, 2012, p.115).

Desse modo podemos reafirmar que, dada a proximidade com a natureza, as populações tradicionais têm sua identidade, bem como sua cultura, diretamente ligada a seu território, logo, essa relação de proximidade com o meio gera o apego ao espaço vivido. Em suma, o território pode ser entendido como um espaço delimitado, no qual foram exercidas relações de poder, dominação e apropriação. Para entendermos o território e suas múltiplas territorialidades, precisamos nos colocar num permanente estudo com o qual tentamos explicar as complexidades, contradições e variáveis do espaço geográfico.

Território conceituado. Andemos a diante em nossa discussão sobre a desterritorialização da população (tradicional) da Ilha de São José e sua reterritorialização no reassentamento Mirindiba. Entender o processo de desterritorialização de determinados grupos sociais, é preciso que antes entendamos o conceito de território.

Hidrelétricas e a desterritorialização das comunidades tradicionais

Nos últimos anos, no Brasil, com o avanço da matriz energética e como consequência construção dos grandes empreendimentos energéticos, milhares de pessoas foram desterritorializadas. Soma-se a essa estatística a população que habitava a Ilha de São José a qual teve como causa a desterritorialização por conta da construção da UHE (Usina Hidrelétrica de Estreito) no rio Tocantins. Na verdade, nesses casos, as pessoas se veem obrigadas a saírem de seu local de vivência para outro espaço totalmente diferente de seu território de origem.

A desterritorialização trata-se da retirada do indivíduo e/ou grupo social de seu local de vivência, de relações sociais e de trabalho, ou seja, perda do território. Assim como a territorialização, a desterritorialização acontece, continuamente, no tempo e no espaço em diferentes escalas. Conforme Haesbaert (2000) essa perda do território tanto pode ser simbólica quanto material - político e/ou econômico:

Um processo de desterritorialização [...] pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material – político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras econômico-político de integração. [...] (HAESBAERT, 2000, In: CASTRO, et al p. 181).

Nessa perspectiva, podemos entender como desterritorialização qualquer que seja a desapropriação do espaço de grupos ou indivíduos. Portanto, no caso da Ilha de São José, os habitantes perderam seu território, nele, eram feitas diversas atividades de cunho político, econômico e cultural, por exemplo; festas tradicionais, a pesca, a caça, o extrativismo, o plantio e o cultivo dos alimentos, ou seja, a agricultura de subsistência, essas atividades geravam nenhuma outra coisa senão laços/raízes e identidades.

Dessa maneira, o território das comunidades tradicionais se diferencia de tantos outros pelo fato da proximidade dos agentes com o meio, assim, o espaço vivido torna-se não apenas um lugar onde as atividades essenciais à sobrevivência são realizadas, mas também torna-se parte do indivíduo, de modo que o mesmo se sente pertencente ao lugar. O apego ao seu território é visível.

Por outro lado, a energia produto das hidrelétricas traz ao país um crescimento econômico significativo, abastece o Comércio, a Indústria e nossas casas e vários outros setores, esse fato não devemos negar. Porém, é preciso que haja uma preocupação mais pertinente com as populações atingidas com as construções desses empreendimentos.

O mundo capitalista no qual vivemos, sugere que o capital é mais importante que os indivíduos. As hidrelétricas são mais uma maneira que se tem de acumulação de capital. Assim, com a busca pelo progresso e o desenvolvimento econômico o estado e o poder privado tão ao país altos índices de desterritorialização populacional, sobre tudo das comunidades ribeirinha.

Com a atual política energética, vivemos num momento em que as comunidades residentes às margens de rios veem-se obrigadas a mudar-se para outras localidades em nome da eletricidade que os empreendimentos irão gerar. O fato ocorrido na ilha de São José, município de Babaçulândia-TO, enquadra-se a isto. O lago gerado pela construção da UHE fez com que toda a população da Ilha de São José fosse retirada de seu território. Ao mesmo tempo, estado e poder privado tentam escamotear os impactos sociais e ambientais com o discurso do crescimento econômico e do progresso e o desenvolvimento sustentável.

Ressalta-se que o discurso do desenvolvimento sustentável é mais uma ideologia para que se “preserve” os recursos naturais. Mas a questão é: preservar para que e para quem? Para serem utilizados pelo grande capital como um recurso energético como o caso da UHE Estreito, desterritorializando comunidades que mantinham uma relação social, econômica e ambiental correta com a natureza. Será este o pano de fundo do desenvolvimento sustentável, preservar até que chegue o grande capital nacional/internacional? E assim com o discurso afirmar que se está trazendo o crescimento econômico e o progresso?.(SIEBEN, 2012, pg. 65).

Como não há outra conclusão, podemos dizer que os grandes empreendimentos da matriz energética se colocam no cenário social e espacial como significativos condicionantes que modelam o espaço e o território nas mais diversas dimensões. Tira-

se do ribeirão pescador/agricultor seu território, reterritorializando-o em lugares distantes de suas origens, com condições de vida totalmente diferentes das que era acostumado. Em muitos dos casos reterritorializa-se esse pescador/agricultor em locais, por exemplo; que não existe, rios e solos férteis, então como fará esse indivíduo para sobreviver? Esse é um dos pontos sobre o qual devemos refletir.

O mais importante do que a construção e a energia que os empreendimentos irão gerar, acreditamos que seja as políticas de ressarcimento, ou seja, a maneira e a eficácia com que os atingidos são recompensados pela perda material e simbólica. Sabemos que não podemos, nunca, dar um valor quantitativo e qualitativo ao território dessas populações. Contudo, pensamos que, no mínimo, condições de sobrevivência e sociabilidade sejam garantidas a esse indivíduo reterritorializado.

Resultados e discussões

Diante daquilo observado com a visita ao reassentamento Mirindiba e com os dados obtidos por meio do questionário podemos afirmar que, além da perda de seu território a população que outrora residia na Ilha de São estão, hoje, são submetidos às condições diferentes nas quais eram acostumados viver nas margens do Rio Tocantins.

Segundo eles, na Ilha se tinha o rio e solos férteis, neles, tudo o que se plantava nascia, e com qualidade. As principais atividades empregadas na Ilha eram as seguintes: o extrativismo do coco babaçu; a pecuária de fraca expressão; a *pesca artesanal* e o *cultivo de alimentos*, como por exemplo, arroz, feijão, milho e, entre outros.

Desse modo, foi entendido que a Ilha era formada por extrativistas, pescadores, lavradores e pequenos pecuaristas. O extrativista caracteriza-se basicamente pelas quebradeiras de coco, aproveitando-se a imensa e potencialíssima floresta de palmeiras de babaçu mulheres tiram seus sustentos através da coleta e, a extração da amêndoa do fruto dado pela planta.

Dentro do território da Ilha muitas pessoas sobreviviam através de atividades pesqueiras com o emprego de pouco tecnologia, o pescado retirado das águas do rio Tocantins era comercializado no perímetro regional. Havia casos daqueles que pescavam exclusivamente para o consumo familiar.

A agricultura e a pesca, eram desempenhadas pela maioria da população. Nos meses chuvosos ocorria a cheia do rio, com o fim desse período e com a baixas das águas o leito maior do rio era usado para o plantio de arroz, feijão, melancia e entre outros. O produzido nessas safras era consumido pelos próprios lavradores, não havia excedentes, desse modo excluindo a possibilidade de comercialização desses produtos.

Por outro lado, o reassentamento Mirindiba caracteriza-se pelas condições de sobrevivência e sociabilidade diferentes das que se tinham na Ilha. Aparentemente uma

área com alguns recursos hídricos, alguns riachos circundam Mirindiba, no entanto, foi colocado pelos moradores que é impossível a pesca, pois se tratam de pequenos riachos. Para muitos que lá vivem a fertilidade do solo está presente, mas não se iguala aos solos da Ilha.

As atividades que hoje os atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) exercem no reassentamento Mirindiba são baseadas na lavoura e na pecuária, está última sendo exercida por alguns, a minoria da população. Em um apanhado geral, notou-se que a vida que se leva no reassentamento é totalmente diferente da que se levava na Ilha de São José. Parafraseando um morador; Na Ilha se produzia e comercializava mais do que em Mirindiba, o ganho financeiro era maior.

Como dissemos anteriormente, essa população tinha modos de vida tradicionais, o apego ao território era forte. Relatos de moradores colocam várias situações, muitas delas problemas de saúde gerados pelo desenraizamento.

Não podemos deixar de citar o papel do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) nesse processo. Ele é de fundamental importância para que as políticas de remanejamento, bem como as formas indenizatórias sejam mais “justas” para com os afetados pelas Barragens das Usinas Hidrelétricas.

Conclusão

Diante tudo daquilo apresentado anteriormente, é cabível falarmos que a política energética brasileira, tal como ela se apresenta atualmente, traz consigo não só o lado da moeda que se remete ao progresso e ao desenvolvimento, mas, além dos danos ambientais, traz também danos sociais irreversíveis e incalculáveis, o desenraizamento, a perda da identidade e do território.

O reassentamento Mirindiba criado por meio de uma desterritorialização materializa uma realidade recorrente nas várias regiões de nosso extenso país, estado e poder privado por interesses lucrationistas e desenvolvimentista fazem com que comunidades ribeirinhas se desloquem de seu lugar de vivência social e cultural para territórios desconhecidos e totalmente diferentes dos de origem. Em grande maioria das situações só sabem do local que serão remanejadas mês ou dias antes da mudança de um local para o outro, foi o caso de Mirindiba. No reassentamento têm-se realidades econômicas, sociais e culturais distantes das que se tinham na Ilha de São José.

Enfim, para que possamos ser um país desenvolvido e onipotente com relação produção de energia, existem vários meios dos quais podemos fazer o uso sem que haja a brutal expulsão dos ribeirinhos de seus territórios. A energia eólica, bioenergia e, entre outras, além de ajudarem na preservação da natureza nos ajudam na preservação do território, da identidade, saberes e cultura ribeirinha. Contudo, não temos este trabalho como ababado, em outra oportunidade, se cabido, aprofundaremos mais no assunto.

Referências bibliográficas

Empresa de Pesquisa Energética. **Balço Energético Nacional 2013: Ano base 2012** / Empresa de Pesquisa Energética. – Rio de Janeiro: EPE, 2013. Brazilian Energy Balance 2013 Year 2012 / Empresa de Pesquisa Energética – Rio de Janeiro: EPE, 2013

HAESBAERT, R. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma abordagem territorial** In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.

SIEBEN, Airton. **ESTADO E POLÍTICA ENERGÉTICA: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito**. Programa de pós-graduação em Geografia, 2012

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De Invisíveis a Protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.